

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ACESSO, GESTÃO E GOVERNO

Ana Lúcia Ferreira Silva Costa ¹
Magna Rejane Damião ²
José Elomark Paiva Rêgo ³
Maria de Fátima de Moura Duarte ⁴

RESUMO

O referido trabalho busca discutir relevantes aspectos relacionados ao acesso à educação superior e sua cobertura demográfica, governo e gestão da educação superior brasileira, nos últimos anos. Considerando o primeiro tópico que trata do acesso ao ensino superior, onde o ingresso só seria possível através do tradicional Exame de Vestibular, realizado uma vez por ano, com aplicação de provas em conformidade com a grade curricular do ensino médio e suas disciplinas específicas, acrescido ainda de uma prova escrita, ou seja, uma redação. No que tange a questão das ofertas de vagas, estas eram definidas pelas instituições, sejam elas, públicas ou privadas. Outras vias de acesso vêm sendo utilizadas pelas instituições de ensino superior, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado desde 1998, a Avaliação Seriada no Ensino Médio, Provas de conhecimentos ou avaliação de dados pessoais, profissionais, entrevistas ou exame curricular do histórico escolar, estes visam avaliar o desempenho dos estudantes que estão cursando o Ensino Médio ou concluíram em anos anteriores. Destacam-se ainda a questão do Governo e Gestão da Educação Superior, que diante desse vasto campo de mudanças, nascem um amplo leque de oportunidades educacionais e profissionais, que exigem avanços na questão das políticas públicas, que venham gerar melhorias compatíveis com as demandas que cercam o atual cenário no tocante à educação superior no Brasil.

Palavras-chave: Ensino superior, Investimentos, Governo, Qualidade, Equidade.

INTRODUÇÃO

O Ensino Superior atualmente tem se destacado de forma significativa e isso consequentemente amplia o interesse por parte dos pesquisadores da área educacional a analisarem de que forma os órgãos responsáveis estão organizando e implementando as políticas públicas ligadas a educação. Independentemente do elevado número de pesquisas realizadas sobre o Ensino Superior, devido ao crescimento exponencial e transformações

¹Doutoranda do Curso de Ciências da Educação da World University Ecumenical EUA, alfsana74@hotmail.com;

²Doutoranda do Curso de Ciências da Educação da World University Ecumenical – EUA, magna_jany@hotmail.com;

³Doutorando do Curso de Ciências da Educação da World University Ecumenical – EUA, elomarkpaiva@yahoo.com.br;

⁴Graduanda pelo Curso de Educação Especial da Faculdade IBRA - MG, mariafatimamoura01@gmail.com.

constantes que ocorrem nesse setor, faz-se necessário buscar informações precisas, em diferentes setores, sejam estas instituições públicas ou privadas.

Partindo desse princípio o referido trabalho busca discutir dois aspectos relevantes, o primeiro relacionado ao acesso à educação superior e sua cobertura demográfica, e segundo trata da questão governo e gestão da educação superior nos últimos anos. Soares 2002, destaca que para ter acesso ao ensino superior no Brasil faz-se necessário concluir o ensino Médio, ou seja, a educação secundária, ser aprovado em exames de vestibular ou em outros processos de seleção exigido pela instituição de ensino em o estudante que deseja iniciar seus estudos. Com relação as taxas de escolaridade entre os censos de 1991 e de 2000, ocorreu um aumento da população em idade de 17 e 24 anos de cursar o ensino superior e atrelado ao atual contexto, surgem oportunidades inéditas no campo da atuação profissional, acesso ao conhecimento e inovações tecnológicas e conseqüentemente a busca por melhorias nas condições de trabalho, empresas, indivíduos em diferentes situações da vida contemporânea.

Conforme aponta Trigueiro 2002, considerando a singularidade a estrutura burocrática e administrativa das instituições tradicionais, as universidades públicas brasileiras, são permanentemente desafiadas, seja pelas medidas provenientes do Governo Federal, na busca por melhorias e reformulação de antigos padrões de funcionamento e organização acadêmica e administrativa, seja pelo aparecimento de novos concorrentes, especificamente as instituições particulares, sinalizando assim uma diversificada teia de interesses e eventuais confrontos de posições e situações que podem gerar grandes obstáculos.

Com relação às políticas e gestão da educação superior estas podem ocorrer por meio de diversos planos que de acordo com Dourado (2010) ,estas só podem ser entendida a partir do conhecimento de diversos instrumentos e mecanismos que reformam esse nível de ensino, considerando a especificidade do sistema educacional brasileiro, em situar as políticas direcionadas à educação superior por meio de estratégias articulados pelo governo federal, visando buscar apreender, no feixe dessas proposições, os limites e possibilidades de sua gestão, de modo a propiciar elementos para a compreensão dos processos de regulação e financiamento, bem como os arranjos institucionais que contribuem para a materialidade das políticas de gestão e para a organização complexa desse nível de ensino no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

O acesso à educação superior no nosso país, ocorria somente através do Vestibular, realizado anualmente por cada universidade com o número de vagas estabelecidas para cada curso, pela administração de cada instituição de ensino superior ou particular. Atualmente esse ingresso se faz na maioria das universidades através do ENEM, que é na verdade a avaliação seriada no Ensino Médio, teste ou provas de conhecimentos ou avaliações de dados pessoais, entrevistas ou exame do histórico escolar.

Entre os anos 90 e 2000, foi considerável o crescimento de alunos nas universidades particulares, já nas universidades federais esse número decaiu, isso significa que muitos jovens não têm acesso ao ensino gratuito, fazendo com eles precisem pagar seus estudos de nível superior.

Segundo alguns dados sobre a demanda e a oferta educativa de ensino, não existe competição entre as instituições públicas e privadas por alunos, grande parte da clientela das instituições privadas, faz parte de uma demanda não atendida pela rede pública. Existe sim uma competição por alunos apenas entre as próprias instituições privadas, que tem se reboado com estratégias que envolve desde o investimento em propaganda até facilidades na forma de ingresso a instituição, para garantir a permanência do aluno, devido à redução considerável por ensino pago.

Novas ofertas educativas foram surgindo para o ensino superior através de iniciativas incentivadoras da nova lei da LDBN de nº 9.394/96, dentre elas a implementação da modalidade a distância EAD, devido as enormes taxas de conclusão do ensino médio.

Em relação a pós-graduação *stricto* e *lato sensu*, criou-se o mestrado profissional e os cursos de especialização denominados Master Business Administration.

Quanto aos cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais, foi proibida pela Resolução CNE/CES nº 02, de 03/04/2001 em seu artigo 1º que determinou a imediata suspensão do processo de admissão de novos alunos.

Infelizmente o ingresso à educação superior no Brasil é historicamente limitado a membros pertencentes as classes A e B, ou seja, pelo predomínio de uma classe média, classe média alta, branca e frequentadora das instituições particulares de educação básica.

Depois da expansão das políticas públicas de inclusão, o ingresso ao ensino superior brasileiro ficou mais acessível as classes de menor poder econômico, as chamadas classes C,



porém isso ainda precise ser mais desmontado, pois mesmo com políticas públicas de inclusão sociais e raciais nas universidades esse acesso ainda está restrito a uma pequena parcela da população.

Segundo Maria Isabel:

É possível notar os resultados das políticas de inclusão econômicas e raciais nas universidades. Recentemente, a USP divulgou que o perfil dos ingressantes da instituição foi constituído de estudantes vindos das escolas públicas, pela primeira vez em sua história.

Ainda de acordo com a professora, os atuais posicionamentos de membros do Poder Executivo e do Ministério da Educação (MEC) parecem não ter interesse em realizar a manutenção dessas políticas. Ela destaca ainda que a atual ideologia do governo parece ser influenciada pela política educacional da ditadura militar, onde o ensino era voltado para o técnico superior, esse ensino, enquanto proposta formativa é historicamente comprovada que se trata de um ensino ruim, que não valoriza os sujeitos e nem o trabalho. Para ela o governo prega a universidade para poucos e uma formação técnica para o resto.

Na contramão o ministro da educação questiona o aproveitamento do ensino superior no mercado de trabalho, visto que, a maioria dos graduandos tem dificuldades de serem inseridos no mercado de trabalho. Para Fernando Coelho, professor de Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP:

O Brasil, desde 2014, passa por uma crise econômica que agrava a taxa de desemprego entre a população, atingindo todos os setores da sociedade. Parte, obviamente, desse desemprego afeta pessoas com educação superior que, na ausência de vagas no mercado de trabalho, acabam se deslocando para trabalhos alternativos. O cenário de questionamento em torno do ensino superior é outro. A reflexão está em se os cursos ofertados atendem às demandas tecnológicas e profissionais do País atualmente. Existe uma concentração de matrícula em torno de alguns poucos cursos — como direito e administração, por exemplo —, sobretudo no mercado de ensino privado. Talvez a gente tenha que ter maior clareza de uma política de ciência, tecnologia e inovação, em termos de formação na educação superior, de pessoas para os trabalhos do futuro ou mais aderentes com a dinâmica econômica.

Por meio das reformas educacionais que ocorreram em vários países, a partir de 1980, desenvolveram-se em um cenário de transformações e tensões que são expressões de contextos

históricos nacionais e internacionais que refletem a inter-relação de fatores econômicos, políticos, sociais, ideológicos e culturais. Deve-se ressaltar que as reformas educacionais não são um conjunto de ações necessariamente progressistas, mas sim, “objetos das relações sociais” (POPKEWTIZ, 1997, p. 259).

Nesse contexto, as políticas e gestão da educação superior têm sido objeto de vários estudos e pesquisas no cenário nacional e internacional. Trata-se de temática abordada a partir de várias perspectivas e concepções, que contribuem para a compreensão dos cenários e dos complexos processos em que se inserem. Nesse sentido, é fundamental destacar a ação política, orgânica ou não, de diferentes atores e contextos institucionais, influenciados por marcos regulatórios complexos e, por vezes, contraditórios, fruto de orientações, compromissos e perspectivas – em escala local, nacional, regional e mundial.

É fundamental a compreensão de que o processo educativo e as políticas educacionais, como expressão da materialização da ação do estado/governo, são mediados pelo contexto sociocultural mais amplo, bem como pelas regulamentações, regulações e dinâmicas de financiamento, que impactam os processos de organização e gestão da educação superior (DOURADO, 2010).

A educação superior no Brasil, é fortemente marcada por arranjos institucionais diversos, desde a sua institucionalização que foi permeada por embates, no que concerne a sua dimensão, lógica e dinâmica organizativas, o que acarretou numa implementação tardia da organização acadêmica por meio da criação de universidades. Não por acaso, a história desse nível de ensino no Brasil foi, desde o começo, permeada pela efetivação de instituições isoladas de ensino.

Para analisar a educação superior no Brasil é fundamental compreender que estas formas de organização apresentam, em seu interior, dinâmicas diferenciadas, no que concerne à gestão, ensino, pesquisa, extensão. Implica dizer, por exemplo, que muitas universidades se estruturam a partir da dissociabilidade entre ensino e pesquisa, e que outras, em que pese a condição formal de seu credenciamento como universidade, não possuem as condições básicas requeridas pela legislação, configurando-se em instituições nominais e/ou operacionais (CHAUÍ, 1999).

Os anos 1980 marcam a retomada do estado de direito e nova Constituição Federal é aprovada, em 1988. Na educação superior, ganha dimensão a garantia, no texto constitucional, da autonomia das universidades. A implementação do dispositivo vai esbarrar em limites de toda ordem, conferindo às universidades de diferentes estágios na efetivação desse direito

constitucional. É importante ressaltar um movimento de contenção no processo de expansão privada da educação superior, no início dos anos 1980, por parte do Conselho Federal da Educação (CFE), porém, tal dinâmica não será capaz de coibir a lógica de forte expansão do ensino superior privado no país.

Através de diversas dinâmicas e políticas, o cenário da educação superior, sobretudo, após 1995, vai-se traduzir por regulamentações pelo poder público federal, de maneira centralizada, sobretudo para as instituições públicas federais e privadas. Esses dispositivos legais vão naturalizar a diversificação e diferenciação da educação superior e contribuir para a intensificação dos processos de expansão das IES (Instituição de Ensino Superior), sobretudo do setor privado, numa escala sem precedentes na educação nacional e, ao mesmo tempo, contribuir para a alteração da lógica e das dinâmicas organizativas das IES públicas, principalmente as federais.

Deve-se ressaltar, ainda que, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei n. 9394/1996, que incorporou, ao longo de sua tramitação, vários dispositivos referentes à educação superior, objeto de projetos de lei e de decretos, de reforma constitucional, que contribuiram para alterações significativas na educação superior no Brasil.

A análise dessas políticas, só pode ser compreendida a partir do desvelamento dos vários instrumentos e mecanismos que reformam esse nível de ensino, por sua relação orgânica com o processo de reforma de estado em curso no país, sem se desligar de sua devida contextualização desse nível de ensino no cenário mundial.

No Brasil, o desafio é enorme, haja visto o cenário de privatização da educação superior no país; a existência de grande número de instituições de qualidade questionável; a necessidade de consolidação da expansão pública e de ações afirmativas no campo. Dessa forma, aliado a um esforço de se implementar novos processos de gestão e de regulação que direcionem o fundo público para a expansão e democratização da educação superior pública e gratuita no país, deve-se garantir políticas e ações direcionadas à regulação e gestão do sistema que contribuam para a melhoria da qualidade e para a progressiva desmercantilização da educação superior privada.

Nessa perspectiva, atuais políticas e gestão para a educação superior no Brasil assumem dimensões mais abrangentes, cuja efetivação tem propiciado mudanças importantes nesse nível de ensino, incluindo uma efetiva retomada da expansão de instituições, cursos e vagas nas instituições federais de ensino superior, ainda que tais medidas não alteram a lógica privatista estrutural presente nesse nível de ensino no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil vem se destacando como nova nação mundial emergente. Essa ação é marcada pela retomada do desenvolvimento da economia e pela maior inserção internacional do país na conjuntura da globalização. Vários fatores contribuíram para essa circunstância. Entre eles, podem ser mencionados a consolidação das instituições políticas democráticas, o êxito de políticas de inserção social e a incorporação de grandes contingentes da população ao mercado consumidor.

Em consequência, ocorreu a emergência de uma nova onda de pressão por acesso ao ensino superior. Assiste-se, portanto, a um rápido aumento das matrículas que precipita, no entanto, o reconhecimento de gargalos e a necessidade de implementação de políticas capazes de resolvê-los e de assegurar uma reação adequada, ao sistema como um todo, às demandas social e econômica.

O aumento das matrículas é notório e visível no ensino superior brasileiro, no entanto, revela-se escasso quando confrontado à dimensão e às expectativas da população civil e em que pese o imenso acréscimo dos investimentos público e privado nesse nível de ensino. A persistência de enormes desigualdades sociais referente ao ingresso e à continuidade no nível de ensino superior segue sendo um desafio urgente a ser enfrentado. A taxa líquida de matrícula no ensino superior no Brasil de apenas 14,9% da faixa etária de jovens entre 18 e 24 anos, e a bruta de 28,12%, revela uma posição crítica mesmo para os padrões da América Latina (IBGE, 2011; Unesco, 2010).

Os grandes e recorrentes desafios são o da ampliação da matrícula com democratização do acesso e da diferenciação da oferta de educação, de maneira a garantir o atendimento das demandas da economia e da sociedade, a qualidade da instrução oferecida e uma equação adequada de subsídio da expansão.

O Brasil, como foi relatado, possui um sistema de ensino superior que se construiu, nos últimos quarenta anos, marcado pela coexistência de dois setores: o público e o privado. No setor público, o Estado garante os investimentos e o financiamento pleno dos estudos. O

setor privado sustenta-se fundamentalmente a partir do pagamento de mensalidades pelas famílias ou pelos próprios estudantes. O vínculo entre poder público e o segmento privado dá-se através do instituto da filantropia, por programas de crédito educativo e pelos subsídios diretos ou indiretos na forma de renúncia fiscal, negociação de dívidas etc. Desta maneira, o poder público pretende ofertar oportunidades de ingresso a contingentes de candidatos oriundos de camadas com renda familiar mais baixa, no ensino superior privado. Contudo, atualmente observa-se o agravamento do problema do custeio da nova procura de baixa renda, uma vez que a oferta de vagas no setor público gratuito cresce de forma limitada e que os programas de financiamento direto ou indireto aos estudantes no setor privado mostram-se muito abaixo da demanda real. Ou seja, o Brasil ainda precisa avançar muito no que diz se refere às condições de poder dar conta de ofertar ensino em nível superior para um contingente absoluto de sua população, em particular, aos que estão em idade de ingresso no ensino superior. Para isso, a ampliação do número de instituições torna-se uma necessidade imediata. No entanto, a ampliação não pode continuar ocorrendo de forma desorganizada, e superada expressivamente pelo expressivo aumento de instituições de caráter privado, uma vez que a sociedade não tem condições de consumir os altos custos que representa terminar um curso em nível superior.

O sistema de educação superior brasileira caracteriza-se, também, pela grande pluralidade de tipos de instituições que o compõem, tanto no que se refere ao aumento quanto ao perfil demográfico da demanda e na formação do corpo docente. Essas mudanças foram resultado de programas e de medidas governamentais com embate direto e indireto sobre o sistema, mas que não chegam a configurar uma política conceitualmente estruturada e vasta. Iniciativas institucionais contam, igualmente, como agente das transformações observadas.

O ensino superior no Brasil estruturou-se, assim, como um campo acadêmico complicado e heterogêneo, com uma grande heterogeneidade institucional. Tal como ocorreu em diversos sistemas de ensino superior em uma pluralidade de países, a expansão que ocorreu nas últimas décadas no sistema brasileiro engendrou um campo acadêmico marcadamente heterogêneo (Shavit, Arum e Gamoran, 2007). Algumas universidades públicas (federais e estaduais) e determinadas universidades privadas se organizaram, gradualmente, em torno de um padrão acadêmico fundamentado na qualidade do ensino e da pesquisa. Essas instituições criaram estruturas acadêmicas que contribuíram para a produção científica institucionalizada, desenvolveram cursos de pós-graduação *stricto sensu*, promoveram a profissionalização da carreira acadêmica, adotaram o regime de tempo integral para seus docentes, preservaram a

autonomia acadêmica, associaram as atividades de ensino e pesquisa e implantaram programas de iniciação científica em parceria com agências nacionais de fomento.

Por outro lado, as instituições privadas de perfil empresarial compõem suas atividades, com tendências, a partir da oferta de formação profissionalizante. De maneira geral, essas instituições estão restritamente voltadas a rigor para formação profissional e empregam basicamente professores horistas com baixa titulação acadêmica, que se dedicam, em sua maior parte, às atividades de ensino. Predomina a carência de estruturas de pesquisa e de pós-graduação *stricto sensu* consolidadas. Esta oferta de formação profissional busca seguir a diversidade da demanda e sua capacidade de subsídio privado. Por isso mesmo, concentra-se em modalidades com menor volume de investimento e maior apelo mercadológico. O crescimento e a lucratividade do ensino superior privado têm atraído grupos de investidores estrangeiros e assiste-se, hoje, a formação de conglomerados educacionais que controlam centenas de milhares de matrículas. Nessa conjuntura, os desafios da excelência e da inclusão social do ensino superior brasileiro são urgentes. Seu confronto requer uma ação estruturada, uma nova reforma consolidada de desenvolvimento e o aperfeiçoamento deste sistema de ensino que vise ao longo prazo.

No decorrer de meados de 1990 e dos primeiros anos do novo século, posto que se viveu uma segunda onda de crescimento do sistema, o tema da reforma do ensino superior foi alçado ao primeiro plano da agenda pública de discussões neste terreno. Temas como o da autonomia financeira e de gestão das IES públicas e o da supervisão e fiscalização da iniciativa privada ganharam os debates. No entanto, dificuldades de ordem política impediram a mudança de propostas discutidas, neste âmbito, em um projeto sistemático de reforma. Em 2004, o governo federal apresentou um projeto de reforma universitária que, ao contrário da realizada em 1968, foi abundantemente discutido pela sociedade acadêmica e pela sociedade civil. Entre outros aspectos, o projeto objetivava restaurar o papel do Estado como ator principal na condução do sistema de ensino superior, estabelecendo um marco regulatório para o funcionamento dos estabelecimentos públicos e privados. Procurava, igualmente, recuperar a importância das instituições federais, estipulando que a União aplicaria nelas, ao longo de dez anos, um valor nunca inferior a 75% da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, e, ainda, excluir dessa soma as despesas realizadas com os inativos. Este projeto de reforma universitária encontra-se, no entanto, paralisado no Poder Legislativo, por ser objeto de apreciações divergentes (Martins, 2006). O poder público já deu mostras de desinteresse na sua tramitação.

Desde então, o governo federal decidiu fazer política de ensino superior através de medidas focadas em temas e aspectos da realidade do sistema federal de ensino superior. Aparentemente, a intenção passou a ser a de construir uma reforma como produto dos efeitos somados de medidas pontuais, como as políticas de inclusão social, a expansão do setor público, o fomento à internacionalização por meio de programas específicos, como o Ciências sem Fronteiras. No campo do ensino superior privado, o governo prevê, sem estar ainda concretizada, a criação de órgão exclusivo que concentraria as funções de regulamentação e supervisão e as somaria com a de avaliação. Essas medidas tiveram e têm impacto sobre a realidade do ensino superior. Mostram-se, no entanto, insatisfatórias. Algumas sofrem de descontinuidade; outras evidenciam alcance restringido; outras, ainda, acabam descaracterizadas quando são verdadeiramente implementadas. Somente uma ampla reforma, conduzida com elevado espírito público e transparência de objetivos poderá riscar novos horizontes para o sistema de ensino superior, tendo no caminho os desafios da inserção do Brasil no cenário internacional da globalização

A comunidade acadêmica, seus gestores, dirigentes universitários, docentes e pesquisadores, cumpre sua missão de continuar honrando os compromissos assumidos perante a população, em especial observando as pertinentes orientações sintetizadas no encontro da UNESCO, em Paris, que visa promover acima de tudo um ensino para a paz, respeito aos direitos humanos, justiça social, multiculturalidade e ascensão das minorias e dos excluídos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996, p. 27833.

CHAUÍ, M. **A universidade em ruínas**. In: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas na república dos professores**. Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/CIPEDES, 1999.

DOURADO, LUIZ FERNANDES. **Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações**. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios**. São Paulo: Xamã, 2009.

DOURADO, LUIZ FERNANDES. **"Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle"**. (2011).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2011: síntese dos indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.



MARTINS, C. B. Uma reforma necessária. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, número especial, p. 1001-1020, 2006.

POPKEWITZ, THOMAS S. **Reforma educacional: uma política sociológica - poder e conhecimento em educação.** Tradução: Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SHAVIT, Y.; ARUM, R.; GAMORAN, A. Stratification in higher education: a comparative study. Stanford: Stanford University Press, 2007. (Series Studies in Social Inequality).

SOARES, MARIA SUSANA ARROSA. **"O acesso à educação superior e sua cobertura demográfica."** *A Educação Superior no Brasil*. Porto Alegre (2002).

TRIGUEIRO, MICHELANGELO GIOTTO SANTORO. **Governo e gestão da educação superior. A educação superior no Brasil: Informe sobre a educação superior no Brasil.** Porto Alegre, 2002.

UNESCO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA E LA CULTURA. Instituto Internacional de la Unesco para la Educación Superior en América Latina y el Caribe. *Tendencias de la Educación Superior en América Latina y el Caribe*. Caracas: Unesco, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/GOLH96>>.